



**FÁBIO
GIAMBIAGI**

Quinta-feira, 22 de agosto de 2002 - Ano 3 - Nº 578 -
1º Caderno

15 propostas para 2003 (XIV): metas e relatório social

Dando seqüência à reflexão sobre o que poderia ser a política social do próximo governo, vamos aprofundar algumas propostas já defendidas por outras pessoas e, neste mesmo espaço, em outra oportunidade, por Marcelo Neri.

Trata-se da idéia de que, assim como existe uma meta de inflação, o futuro governo trabalhe com metas sociais. A proposta é incluída nesta série porque não poderíamos fazer um elenco de propostas para o próximo governo sem tratar da questão social, mas não há aqui pretensão alguma a assumir a paternidade do que quer que seja, pois existem diversas variantes do que vai ser exposto aqui e que já foram anunciadas por outras pessoas e partidos políticos nos últimos tempos. Entenda-se este artigo, portanto, como um endosso a esse tipo de teses e não como um desejo de "concorrer" com elas.

Cabe, de qualquer forma, estabelecer uma preliminar: são as metas sociais que devem se subordinar às econômicas e não o contrário. Antes de que o leitor me julgue insensível, esclareço: não podemos ser voluntaristas e acreditar que se pode melhorar as condições de vida escrevendo uma série de promessas. Se fosse assim, o Brasil seria a Suíça, pois direitos é o que não falta em nossa Constituição. Sair gastando dinheiro sem lastro é a melhor receita para fabricar uma crise, e é impossível ter progresso se a macroeconomia fracassa - a Argentina que o diga. Só em um quadro de estabilidade e com garantia de solvência fiscal poderemos criar as condições para melhorar a situação social. Esse processo, contudo, poderá ser intensificado se as ações forem planejadas, integradas e focadas. Essa é a lógica das metas sociais.

De forma resumida, a proposta é que o próximo Governo:

- constitua uma equipe que opere de forma integrada, formulando uma política social abrangente, destinada a: i) diminuir a pobreza e, especialmente, a indigência; ii) elevar o nível da educação; iii) dar seqüência às melhoras na saúde observadas nos últimos anos; etc.
- trabalhe com um conjunto de alvos em termos de melhoria de uma série de indicadores sociais; e
- à guisa de prestação de contas, formalize esses alvos, a explicação das ações a serem empreendidas e a avaliação dos resultados, através de um documento, nos moldes do Relatório de Inflação produzido trimestralmente pelo Banco Central, porém com periodicidade anual, chamado "Relatório Social".

Em relação ao primeiro ponto, no atual governo esse papel foi em parte desempenhado pelo Dr. Vilmar Faria, assessor especial do Presidente da República até o seu repentino falecimento e, de certa forma, pela Secretaria de Assistência Social. A idéia seria criar uma Secretaria de Coordenação Social (SCS) no âmbito do Ministério de Planejamento, em moldes similares aos da Secretaria de Política Econômica. Este último é um órgão da Fazenda de acompanhamento da conjuntura macro com um organograma dividido por temas (setor externo, área fiscal, etc.).

A SCS teria uma estrutura análoga, mas com um organograma voltado para a temática social e ligado às propostas de ações estruturais em cada um dos setores, podendo, por exemplo, ter uma unidade ligada à educação, outra à saúde e assim sucessivamente. Seria uma instância voltada para a formulação de políticas com uma visão abrangente da questão social, que atuaria em estreita cooperação com os ministérios setoriais, mais ligados à implementação de políticas.

No formato atual, cada ministério quer, de certa forma, "recrutar a roda" para fazer a "sua" política. Por outro lado, juntar todos os órgãos em um único Ministério - tese que eu cheguei a defender mas que talvez seja praticamente impossível de viabilizar na prática - é algo muito complicado de concretizar. Assim, a idéia de continuar a ter ministérios setoriais, mas ao mesmo tempo ter uma Secretaria com uma visão global da questão social, é um meio-termo que procura conciliar a necessidade de coordenação com a viabilização política das propostas. Nessa Secretaria, com um papel de coordenação algo similar ao que o Comitê de Energia teve para enfrentar a crise de 2001, se discutiria, por exemplo, se é melhor aumentar as aposentadorias ou, alternativamente, destinar mais recursos ao programa de Bolsa-Escola. Isto é, haveria uma política social unificada e não um conjunto nem sempre articulado de políticas específicas de ministérios que ficam disputando entre si. É importante que o pessoal técnico dos ministérios veja essa nova Secretaria como uma aliada e não como uma "rival". O que se procura é que ela possa contribuir para a melhor formulação das políticas, pelo tempo destinado à pesquisa e à reflexão e pela proximidade com a equipe econômica. O perfil desejado para os técnicos que poderiam vir a trabalhar nessa possível Secretaria seria o de especialistas em políticas sociais "latu sensu" (e não em saúde ou em educação, isoladamente) e com perfeita noção da necessidade de obedecer à restrição orçamentária, para minimizar os choques com a equipe econômica e ter um comportamento consistente com a preservação do controle fiscal.

As metas sociais deveriam incluir objetivos 3 ou 4 anos à frente, para uma série de áreas. Metas como a redução da mortalidade infantil de X a Y; a diminuição da mortalidade materna nos partos; a identificação de indicadores qualitativos para o desempenho dos alunos; etc., deveriam formar parte desses compromissos. Todos os anos essas metas seriam conferidas com os dados da realidade e seriam revistos os objetivos em um horizonte móvel, sempre 3 ou 4 anos à frente, para "balizar" as políticas públicas a serem implementadas.

Finalmente, o Relatório Social proposto conteria a explicação detalhada das metas; a explicação de como se pretende atingir cada uma delas; a análise e avaliação do que tiver sido feito, a partir do segundo ano de governo; e a revisão das metas, com a inclusão de um novo ano nas projeções que se deseja perseguir.

Fábio Giambiagi, economista, co-autor de "Finanças Públicas - Teoria e prática no Brasil" (Ed. Campus), escreve quinzenalmente às quintas-feiras.

E-mail: fgiambia@terra.com.br

São as metas sociais que devem se subordinar às econômicas e não o contrário; sair gastando dinheiro sem lastro é a melhor receita para fabricar uma crise